

FREDERICO FALCÃO



Morreu em outubro passado, Fred Falcão, ex militante da Polop (Política Operária), preso político da ditadura, torturado, nosso companheiro na Direção Nacional do Andes - Sindicato Nacional, docente na Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, nos últimos tempos nosso camarada no Conselho de Redação do *Boletim Classista*, autor de "Os Homens do Passo Certo" (Editora

Sundermann), uma história crítica do PCB, nosso grande amigo.

O esperávamos, como nos anos precedentes, quando sempre participou, no Simpósio sobre os 100 Anos da Internacional Comunista na USP. Não pôde vir. Uma perda irreparável, uma grande dor. Camarada Fred, Presente! Vivo em nós! Hasta la victoria siempre!

O RECUO DA DIREITA INTERNACIONAL E O MOMENTO LATINO-AMERICANO

Quando crises econômicas não contemplam saídas políticas se processa a decomposição das institucionalidades que até então conferiam estatuto legal às relações de exploração, sobretudo diante da demanda crescente por ainda mais desregulamentação das relações trabalhistas para práticas de maior precarização e hiperexploração da força de trabalho, pretendendo recompor taxas médias de lucro em termos que acabam por produzir ainda maior agravamento da crise que se avoluma.

A crescente financeirização do capital tem produzido ainda outro efeito nefasto no desigual e combinado desenvolvimento econômico: o descolamento entre o capital entesourado no sistema financeiro e o mundo da produção, para onde não mais tem retornado como reinvestimento, o que afeta decisivamente o volume da circulação comercial e faz decrescer o poder de consumo. É nestes termos que se dá a crise do capitalismo internacional que ora atravessamos, costumeiramente localizada pelo discurso jornalístico e pelas school business anglo-americanas a partir do final do ano de 2007, como crise dos subprimes, mas cuja origem remonta à ladeira histórica iniciada nos anos 1970 com a crise internacional do petróleo e seguida por consecutivos períodos de relativa estabilidade econômica acompanhados de novos declives, sem que fossem recompostas as anteriores taxas médias de lucro.

Mas até que a crise estrutural do capitalismo alcance a condição de caos sistêmico, no ocaso do atual ciclo de

acumulação, mudam os atores a quem compete a consecução de agendas que pretendem a recomposição das taxas de lucro das classes proprietárias, por sobre as quais se impõem os interesses do rentismo, quando os instrumentos políticos convencionais deixam de mostrar-se eficientes à necessária destruição de direitos sociais. Ou seja, o agravamento da crise capitalista cria as condições para o recrudescimento do autoritarismo político no mundo.

Daí provêm as bases de apoio para que a ultradireita tenha chegado ao poder nos Estados Unidos e no Brasil, com a diáde Trump-Bolsonaro anunciando o que diziam ser uma "nova era" da política internacional; enquanto forças aparentadas disputavam o espectro político de realidades centrais como França, Itália, Holanda, Alemanha, etc. No entanto, as contradições internas a essas forças políticas, centradas na inabilidade comum a um protagonismo vulgar e nas fissuras internas que de forma beligerante produzem cotidianamente, têm explicitado o infortúnio político que demarca a insustentabilidade deste ciclo.

A Itália sediou, há cerca de um ano, parte significativa dos esforços que pretendiam soterrar o campo liberal e vencer as principais eleições europeias, o que rendeu preocupações severas acerca dos rumos da política internacional se somarmos a popularidade de Matteo Salvini aos resultados eleitorais colhidos pelos Le Pen e a articulação de Steve Bannon, "mentor" de Donald Trump, pela consecução de um movimento internacional antiliberal. Sem poder contar com a "Alternativa para a Alemanha" (AfD), com eurocéticos de outros matizes, com

outras forças da ultradireita europeia e enfrentando-se ainda nas ruas de Paris com os “coletes amarelos”, o “Movimento” iniciado por Bannon fez muito menos do que ousou pretender, o que já era flagrante pelo menos desde as eleições de maio para o Parlamento Europeu, quando retrocederam quase todos os partidos da extrema direita (à exceção da Liga do Norte).

Na Itália, a popularidade de Salvini já despencou a tal ponto que nas urnas acabou defenestrado do governo. O inusitado se refere ao sucesso alcançado nas eleições europeias, onde o partido de Salvini computou um terço dos votos italianos após uma incisiva campanha anti-imigração; mas já em julho sua popularidade caíra para 37,5%, o que o impeliu a sabotar o próprio governo que compunha no intuito de forçar novas eleições. Para a Liga do Norte, os resultados foram contrários aos esperados: o isolamento político com o deslocamento de forças (como o Movimento Cinco Estrelas - M5S) para o centro do espectro político adensou a maioria parlamentar que acabou confirmando o segundo mandato de Giuseppe Conte, isolando ainda mais a Liga do Norte e fazendo cair o apoio a Salvini, já fora do governo, para 32%.

Em crise está também o governo de Viktor Orbán, na Hungria, onde eleições municipais tendem a diminuir o controle de seu partido em importantes regiões do país como a própria capital, Budapeste; enquanto seu mando segue pleno sobre eleitores de pequenas cidades e vilarejos. Já o Partido da Liberdade (FPO), na Áustria, teve desempenho pífio nas eleições de setembro quando ganhou apenas 16% dos votos para o Parlamento, onde perdeu 20 assentos. Perdas que não chegam, nem de longe, a acompanhar o cataclisma político que culminou na queda do governo em maio, após escândalo que vinculava a chancelaria ao capital russo em negociações assaz escusas. A FPO, diante das adversidades, prontamente amainou o discurso e na pessoa de Sebastian Kurz, seu líder, tem buscado alianças com os Verdes e, com isso, uma imagem que pretende menos extremada.

Os dados que informam a impossibilidade do projeto pretendido por Bannon não significam, contudo, que a ultradireita na Europa tenha deixado de ser uma força política relevante, uma vez que suas dissidências internas podem ser rapidamente coesionadas por força de suas próprias conveniências, bem como sua articulação internacional retomada noutros termos. À guisa de exemplo, enquanto na Itália e na Hungria são colhidos retrocessos, na Polônia está garantida a reeleição do Partido da Lei e da Justiça, ao passo em que a AfD logrou resultados positivos nas eleições estaduais de setembro. A própria Liga do Norte, depois das desastrosas ações de Salvini, segue sendo o maior partido da Itália.

Mas a perda de envergadura da ultradireita europeia informa os destinos que já são colhidos no norte da América e no Brasil: a incompatibilidade entre os destemperados discursos, exageradas promessas e a realidade econômica que em crise se impõe, bem como o desgaste rapidíssimo desses governos diante do compasso acelerado do processo de destruição de direitos sociais na nova etapa de austericídio acentuado dos empreendimentos ultra neoliberais. Nesta fase mais acelerada de destruição de direitos históricos, essas forças políticas têm se enfrentado com a insatisfação dos subalternos manifestada nas ruas.

Desde a França, é como o governo neoliberal de Emmanuel Macron tem se enfrentado com a maior greve

de transportes já havida, em mais de uma década, em Paris, no exato momento em que tenta aprovar uma reforma previdenciária das mais severas de toda a sua história e põe em risco os sistemas de seguro-desemprego que assistem a milhares de trabalhadores franceses. Iniciadas, em novembro do ano passado, por sindicatos que representam trabalhadores dos transportes, as greves, bloqueios e manifestações tomaram envergadura e espectro muitas vezes maior, incorporando pautas bastante diversas e distintos segmentos da sociedade francesa, entre trabalhadores e estudantes.

No Reino Unido, segue o impasse acerca de sua saída da União Europeia, cerne da disputa entre forças bastante distintas pelo controle político do país e, entre elas, a ultradireita representada por Boris Johnson, uma das principais lideranças na campanha pelo Brexit quando do plebiscito realizado em 2016. Escolhido como novo líder do Partido Conservador e, com isso, primeiro-ministro do Reino Unido, tem colocado em rota de colisão o país com a União Europeia (agravando a marcha da desintegração regional) num processo que inscreve a crise política que já derrubou dois premiês: David Cameron e Theresa May, esta após sua proposta de acordo ter sido rejeitada 3 vezes pelo Parlamento.

Isso porque, definida a saída, a luta política nesta nova etapa refere-se ao acordo que deve dar os termos da ação. Entre os temas mais sensíveis estão as medidas de transição para o fim das regras de livre comércio, dizendo respeito aos ingleses que vivem e trabalham em outros países, bem como europeus de diversas proveniências que vivem e trabalham no Reino Unido e, por fim, ao pagamento de 39 bilhões de libras à União Europeia pela rescisão do contrato de integração regional. No horizonte da sociedade inglesa está a possibilidade, com o “no deal”, de uma recessão econômica pior do que aquela provocada pela crise financeira internacional de 2008, com um decréscimo imediato de 8% de sua economia já logo após a saída e a subsequente desvalorização da libra em pelo menos 1/4 de seu valor. Trata-se de um impacto negativo de 90 bilhões de libras a ser sangrado, segundo o próprio Tesouro Britânico, até 2035.

Os revezes agora da extrema-direita, que periga ser responsável por uma desastrosa saída da União Europeia desprovida de acordo, ocorrem no campo da disputa em que desponta a popularidade do líder trabalhista Jeremy Corbyn, e que por pouco não venceu as eleições que guindaram Boris Johnson às mais altas estruturas de poder do Estado inglês. Pode-se dizer, mais amplamente, do avanço notável do Partido Trabalhista que o abriga e que alcançou um de seus melhores desempenhos nas eleições parlamentares de junho de 2019. No próprio partido, Corbyn tem representado posturas que pretendem sua renovação frente a uma tendência trabalhista acomodada às políticas neoliberais pelo menos desde o governo de Tony Blair, estabelecendo como objetivo para a política externa inglesa um protagonismo autônomo dos interesses da Casa Branca.

A “novidade” inglesa contrasta com a tendência, cristalizada em Espanha com o *Podemos*, de partidos-movimento, enquanto Corbyn catalisa a insatisfação da militância trabalhista capaz de subverter as teses conformistas e a burocracia do próprio partido, “de dentro para dentro”. Na realidade ibérica, ardem em chamas as ruas das cidades catalãs, de Barcelona e de Girona, no momento em que o “Procés” (o processo independentista da Catalunha) recebe um forte golpe: a sentença

condenatória emanada pelo Tribunal Supremo contra nove líderes separatistas por sedição e malversação. São penas que variam de 9 a 13 anos de prisão contra Oriol Junqueras, ex-presidente, e outros líderes do procés.

Logo após o anúncio fez-se um outubro de chamas em várias cidades onde protestos e manifestações ganharam as ruas e se enfrentaram com o mais brutal da selvageria policial enquanto barricadas eram erguidas, veículos e lixeiras incendiados e os segmentos em luta de trabalhadores e estudantes perseguidos. Não devem ser confundidas aqui as pautas do catalanismo com as reivindicações daqueles que, pauperizados e aliados das estruturas de poder, nas ruas protestam, mas como em incontáveis levantes populares serviram os motivos nacionalistas de estopim para a deflagração de movimentos muito mais amplos, heterogêneos e cujas pautas passam a extrapolar as razões iniciais.

Da Península Ibérica ao norte do Hemisfério Ocidental, o “Movimento” de Steve Bannon se vê em meio ao processo de impeachment movido contra Donald Trump que, se não o arremessar para longe da Casa Branca, no ocaso de um medíocre mandato presidencial, tem o real potencial de inviabilizar de vez sua reeleição em 2020. O processo teve início aos 24 de setembro quando acolhido pela Câmara dos Representantes, onde a maioria democrata prevê sua aprovação e encaminhamento ao Senado (onde, por sua vez, a maioria é republicana) considerando as acusações, anteparadas por vasta materialidade, de que Trump teria se valido de sua condição de presidente para recrutar autoridades ucranianas a fim de que agissem a seu favor nas eleições vindouras. As novas denúncias se somam àquelas que já informavam a interferência russa nas eleições de 2016, mas que em razão de sua anterior capacidade de articulação, não prosperaram.

Ainda que a maioria, no Senado, seja republicana, uma vez concluídos os trâmites na Câmara dos Deputados acusando a conduta criminoso do presidente, tanto pela absolvição quanto pela condenação a maioria na Câmara Alta deverá ser qualificada em dois terços. Independente da capacidade de articulação de Trump para manter-se agarrado ao poder, ficam explicitados seus notórios limites no momento em que já se lança à reeleição e seguindo a dar voz aos setores mais conservadores da sociedade norte-americana, compondo a uma moral de fundo protestante, desde que branca, recalcamientos diversos que fizeram de parte das classes castigadas pela crise capitalista sua mais empenhada base de apoio.

Sua eleição serviu de autorização para que organizações e grupos diversos viessem à público, reivindicando a quinta emenda, para incitar ainda mais racismo, lgbtobia, xenofobia, misoginia machista e anticomunismo, estimulando atos de violência como o atropelamento de manifestantes, duramente um protesto antirracismo, em Charlottesville, na Virgínia, que resultou na morte de uma militante, além de dezenas de feridos. Nacionalistas brancos, neonazistas e a Ku Klux Klan têm migrado do subterrâneo, onde se mantiveram organizados desde o advento de direitos civis, à superfície onde passam a contestar, no debate público, esses mesmos direitos.

Na marcha dialética da história, a forças odiosas que ali se levantam se enfrentam com a resistência do movimento negro, das mulheres em luta, da militância lgbt e de outros segmentos, na luta por direitos, que se organizam no espectro do reavivamento da luta socialista (que reaparece nos EUA) contra os efeitos nefastos do neoliberalismo ali

materializados, de forma mais contumaz, na crise de 2008. Desenvolvendo-se no seio da juventude desassistida por direitos e em meio a trabalhadores pobres e precarizados de toda sorte, o “novo socialismo americano”, conclamado “*millennial socialism*”, é o campo da luta dos 99% mais pobres contra o 1% mais rico, nas clivagens que se aprofundaram a partir da crise financeira de 2008, passando pelo marco de 2011 com o movimento Occupy Wall Street, do qual o crescimento da militância socialista entre jovens é diretamente tributária.

Em 2018, a marca da nova etapa nos EUA foi a greve dos professores, deflagrada em Oakland, que atravessou todo aquele ano, desde fevereiro, e adentrou o primeiro semestre de 2019, já tendo se derramado por sobre estados de maioria partidárias republicana e onde se adensam setores ultraconservadores da sociedade norte-americana, como Arizona, Carolina do Norte, Colorado, Kentucky, Oklahoma e Virgínia Ocidental, dando vulto a uma greve nacional da educação que, já no início de 2019 chegava a cidades majoritariamente democráticas como Denver, Los Angeles e Oakland. É sobre essa tessitura social que se assiste o aumento notável da popularidade, entre jovens, de Bernie Sanders, junto do crescimento exponencial dos “Socialistas Democráticos da América (DAS)” (de Barbara Ehrenreich e Noam Chomsky), enquanto despencam os índices de aprovação do governo Trump.

No campo da política internacional, muitos são os nexos que ligam, sobretudo a partir de imperativos econômicos, os destinos ocidentais aos processos que têm curso em importantes países médio-orientais, sob ingerência direta ou indiretamente estrangeira. Desde março de 2011 a Síria tem sediado uma das mais sangrentas guerras civis de todo o Oriente Médio. Trata-se exatamente da realidade que logrou estancar a estratégia do “redirecionamento” que pretendia chegar à Teerã, passando por Damasco, capitaneada por EUA e Inglaterra à frente da OTAN, para as mudanças de regime que tiveram curso durante a “Primavera Árabe” e dos levantes populares que varreram, ali, diversas realidades.

A ingerência ocidental e o escopo de dividir a região (que passaria a divisar Curdistão, Sunistão e Xiistão, com o governo Bashar Al-Assad reduzido às regiões alawitas) explicam a diversidade de atores no chão dos conflitos. Entre as tropas regulares do Estado sírio, o Exército Livre da Síria (ELS), o Estado Islâmico, o Hezbollah, a Guarda de Ouro da Revolução Iraniana e os combatentes curdos, está um povo desgraçado pela destruição humana e material e que tem preconizado a mais grave crise humanitária já vista desde o término da Segunda Guerra Mundial.

De 2003, com a deflagração da Segunda Guerra do Golfo e a ocupação norte-americana do Iraque, desdobrando-se em guerra civil, à guerra civil da Síria (dois países fronteiriços), tem-se a reedição das guerras por procuração, comuns ao período da Guerra Fria e envolvendo ao menos dois níveis de procuradores para o mesmo chão dos conflitos: no primeiro nível enfrentando-se o Irã (à frente do “arco-xiita” que envolve ainda a Síria e o Iraque) e a Arábia Saudita (enclave da política externa norte-americana junto às petromonarquias do Golfo Pérsico); no segundo nível a aliança entre Rússia e China de um lado e a composição EUA e Inglaterra de outro. Portanto, na devastação produzida pelo Ocidente no Oriente Médio ocorre uma importante etapa da luta

econômico-comercial em curso, na disputa por recursos estratégicos na região.

É nesses termos que após a gestão do primeiro-ministro xiita Al Maliki, no Iraque ocupado (empossado o premier pelas forças de ocupação), o governo iraquiano volta a escapar do raio de ação da política externa anglo-americana, compondo-se ao “arco-xiita” dirigido pelo Irã e com isso aproximando-se da aliança russo-chinesa, o que explica também o combate ao Estado Islâmico, após 2014, organizado a partir da franquia iraquiana da Al Qaeda, como parte das estratégias ocidentais para retomada do controle da região. Neste quadro, uma mudança significativa operada na realidade médio-oriental é o fato de o Estado Islâmico ter sido demovido da condição de ator relevante, perdido parte significativa de seu bastião territorial, ainda que suas estratégias por sobre o território sírio tenham servido às tentativas norte-americanas de transformar Iraque e Síria em “estados falidos”.

A desintegração sobretudo da Síria traria vantagens enormes aos EUA, uma vez que a Rússia vem fornecendo petróleo ao restante da Europa por meio da Síria e da Turquia, bem como permitindo à Rússia acessar mares quentes no Mediterrâneo, baseada em Tartus. Isolar o xiismo no sul do Iraque e da Síria permitiria ainda quebrar o “Eixo da Resistência” entre o Irã, Síria e Líbano e, com isso, impedir a modernização de arsenais como o do Hezbollah, o que tem sido feito com o apoio iraniano. Este delicado equilíbrio de poder, uma vez obliterado, permitiria uma expansão ainda maior de Israel sobre territórios ocupados sem que para isso tivessem que temer o exército sírio, iraniano ou libanês, corroborando para um flagelo ainda maior para o povo palestino.

A derrota imposta ao Estado Islâmico corrobora o processo de expansão da presença russo-chinesa na região, já tendo a China logrado recompor a parte marítima da Rota da Seda, possibilitando-lhe expandir o comércio entre o Leste da Ásia, o Oriente Médio, a África e a Europa. Enquanto a Rússia, estreitando laços com o Irã, centra esforços na construção da linha férrea Cazaquistão-Turcomenistão-Irã e que criará uma rota direta entre Norte e Sul, corredor paralelo do lado ocidental do Mar Cáspio que ligaria o Irã à Rússia. Por fim, a aliança entre Rússia e China ganha materialidade na construção do mega gasoduto Yakutia-Khabarovsk-Vladivostok, que entregará gás natural russo à China, integrando energeticamente ambas as potências.

Logo, o que está em jogo, no Oriente Médio, é a capacidade de o capitalismo de Estado Chinês, amparado pelas estratégias do territorialismo russo a fim de aumentar sua presença na Europa, expandir-se em direção à África e América Latina; bem como a oposição norte-americana em armas, amparada por Inglaterra, às estratégias em curso. Com isso, na mesma coerência se inscreve a luta pela hegemonia regional entre Irã e Arábia Saudita na disputa pelo controle de reservas petrolíferas, nos interesses das grandes potências e da indústria armamentista. Com isso, derrotada a cruzada militar de EUA e Inglaterra contra o Estado Islâmico, esperando que a guerra produzisse a falência ao menos de Iraque e Síria, a política externa dos EUA se volta com maior sagacidade contra o regime de Nicolas Maduro na Venezuela, país com as maiores reservas petrolíferas do mundo, com 300,9 bilhões de barris, de acordo com dados da CIA e que, uma vez controlada, permitiria à Washington fixar o preço internacional do petróleo à revelia da OPEP.

O custo social resultante dessa nova etapa de guerras por procuração é elevadíssimo para os povos massacrados pelo imperialismo, como o iraquiano e o sírio. No Iraque, uma onda de protestos populares centrada em Bagdá e no Sul do país tem cumulado, apenas no início do mês de outubro, mais de 150 mortes e milhares de feridos decorrentes da repressão policial movida contra os manifestantes. Os alvos dos revoltosos são prédios públicos e símbolos do imperialismo, como a embaixada norte-americana, o que dá a tônica de todo o processo. As reivindicações revelam os efeitos infaustos do imperialismo: empregos e serviços públicos de qualidade para um dos países mais ricos do mundo em recursos energéticos mas que em razão da intervenção estrangeira tem seus serviços básicos decompostos e comum desabastecimento de água potável e eletricidade. Convulsões sociais registram-se em praticamente todas as realidades por sobre onde, desde 2011, espriaram-se as “primaveras árabes”, passados oito anos, quando autoritarismo e caos se impõem.

A monarquia marroquina segue a reprimir o povo saharauí, na ocupação do Sahara Ocidental, adensando os campos de refugiados em Tindouf, cidade argelina fronteiriça. Na Líbia, o caos impera desde a derrubada do regime de Khadafi, em 2011, pela coalisão norte-americana, britânica e francesa, quando irrompeu a guerra civil que envolveu diversas lideranças locais e que não foi suspendida pelas eleições de 2014 e tampouco pelo assentamento de dois governos, amparados pela diplomacia franco-italiana. A volta ao autoritarismo no Egito, onde os protestos das Praças Tahrir e Rabbath marcaram o ponto culminante da “Primavera Árabe”, é seguida pela radicalização das organizações que, reivindicando leituras mais extremadas do sunismo, se adensam desde o Sinai para perpetrarem atentados como aquele que vitimou turistas próximo às pirâmides da Guizé, em 2019. Na Turquia, retirado o apoio militar norte-americano às organizações curdas que combatiam o Estado Islâmico, o regime de Erdogan volta a massacrar o povo curdo na luta por um Curdistão independente. A guerra movida pela Arábia Saudita, com apoio dos EUA, diante dos incessantes bombardeios de áreas civis e o bloqueio à importação de alimentos, além de milhares de mortos tem sido responsável por surtos de fome que atingem grande parte da população.

Nesta nova etapa da crise econômico-comercial, após o agravamento de tensões que faziam parecer impossível um acordo entre os mandatários da economia mundial, EUA e China (as duas maiores economias do planeta), uma vez retomadas as conversações após a cúpula do G20, no Japão (no mês de maio), anunciam possibilidades de trégua na guerra comercial em curso já há 15 meses, com o acordo parcial que deverá ser assinado durante a cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), em Lima, e que versará sobre produção agrícola, relações financeiras e propriedade intelectual.

O acordo que pode se tratar apenas de uma primeira etapa de conversações, tem o objetivo de reverter o quadro de desaceleração da economia mundial, agravada pelo conflito que já atingiu uma série de mercados e tem como entrave maior, nesta etapa, as demandas norte-americanas pela desvalorização da moeda chinesa. Dos novos compromissos firmados entre Xi Jinping e Trump está a compra de 40 a 50 bilhões de dólares em produtos agrícolas americanos pela China, respondidos com a suspensão do aumento de 25% a 30% das tarifas sobre 250 bilhões de dólares sobre produtos chineses no

mercado norte-americano. O acordo recoloca os EUA como competidor direto do Brasil no comércio agrícola com a China, comprometendo diretamente commodities agrícolas brasileiras.

As dimensões da catástrofe econômica iminente, no entanto, são incalculáveis. Em agosto deste ano o yuan acabou negociado no nível mais baixo desde a crise de 2008, resultado em parte da decisão chinesa de suspender todas as importações agrícolas dos EUA. Isto dito, a economia chinesa não goza mais da condição de amortecedora da crise mundial, conforme havia operado desde 2008, o que cada vez mais tem colocado no horizonte próximo uma recessão mundial absolutamente sem precedentes.

Enquanto empolados comentaristas da mídia hegemônica exaltam os ganhos, para a América Latina, provenientes do desvio de comércio para a região, com os embargos chineses a produtos norte-americanos, é preciso acusar esta fantasiosa elaboração explicitando os riscos da própria destruição dos mesmos circuitos de comércio, que a guerra comercial já tem produzido e pode, em pouco tempo, concluir. Em primeiro lugar, a redução do desvio comercial para a América Latina fará parte de todo e qualquer acordo comercial lavrado entre EUA e China, o que acentua a fragilidade da região e a volatilidade dos negócios internacionais. Em segundo lugar, embora o fluxo de capitais que a guerra entre os estados chinês e estadunidense favoreça as exportações de economias latino-americanas, tal volatilidade para além de subordiná-los ainda mais, gerou cenários que refletem de modo nítido como produtos e pessoas são compreendidos pelo atual movimento dos capitais. Por exemplo, enquanto as exportações mexicanas aos EUA cresceram US\$ 3,5 bilhões, no primeiro semestre de 2019, Trump tem endurecido os processos anti-imigração de mexicanos numa mostra de que a classe trabalhadora mexicana serve apenas para produzir itens comercializáveis sem a mesma oportunidade de adentrar em solo estadunidense. Mas, derradeiramente, para a América Latina a desaceleração das demandas chinesas tem atingido preços já de importantes países como o Chile, de quem a China compra cobre, e Peru, exportador de minérios, vulnerabilizando ainda outros mercados onde tem impactado o preço de commodities diversas.

Daí decorre uma generalizada desaceleração do crescimento econômico, acompanhada de uma elevação do endividamento de uma série de economias periféricas no sistema mundial. No cenário internacional, a América Latina deveria amargar, segundo projeções feitas no mês de abril, um crescimento de pífios 1,3% neste ano de 2019 segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), expectativa que já em julho despencara para 0,5% acompanhando a bancarrota do capitalismo internacional. O índice é inferior àquele colhido em 2018, que media um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) inferior a 0,9%. Trata-se da desaceleração brutal de 17 economias dos 20 países latino-americanos, na comparação feita com o ano de 2018. Com isso, o ano de 2019 é o de desaceleração generalizada do crescimento, impactando 21 dos 33 países latino-americanos e caribenhos.

Deste conjunto de países, a condição mais grave é aquela enfrentada por economias sul-americanas, cuja média de crescimento do PIB é esperada em torno de 0,2%, muito abaixo da média aguardada para a América Central, que deverá cumular 2,9% e Caribe, que se estima crescerá

2,1%. De toda a América Latina, as expectativas mais graves são aquelas que informam retração de 23% do PIB da Venezuela, 5% da Nicarágua e 1,8% da Argentina. Trata-se de uma retração generalizada da economia global em que a América Latina tem amargado uma condição muito mais frágil em razão dos desinvestimentos, diminuição das exportações, diminuição dos gastos públicos e a perda do poder aquisitivo de trabalhadores culminando num desaquecimento notável do consumo. Em grande medida são resultados de uma escolha política pela desindustrialização dessas economias, na busca por benefícios de curto prazo prometidos pela finança.

A renúncia à política industrial é acompanhada, pelas principais economias latino-americanas, pela priorização da exportação de bens primários e commodities agrícolas. É neste contexto que Argentina e Brasil se tornaram os maiores produtores mundiais de soja, cuja produção majoritariamente tem atendido o mercado chinês, mas sem lograr agregar valor à sua produção. Exemplo mais emblemático desta problemática é o da economia mexicana, que produz e exporta petróleo enquanto importa gasolina.

E na contramão das demandas econômicas por mais integração regional, os esforços do governo Bolsonaro pela decomposição do Mercosul atentam contra o imperativo do aumento do consumo e, com isso, do trato de mazelas como pobreza e desemprego que obstaculizam o próprio crescimento econômico. O fato de a região organizar-se em dois grandes blocos comerciais (Aliança do Pacífico e Mercosul) e mais de 30 acordos bilaterais, tem feito cumular um déficit de 11 bilhões de dólares anuais de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ou seja, enquanto o discurso político, lacaio do imperialismo, sabota as políticas integracionistas, a integração regional é a via pela qual a América Latina, como bloco, pode fazer frente ao próprio imperialismo na corrida concorrencial intercapitalista.

Na ladeira da crise capitalista, convulsões sociais tomam as ruas de importantes cidades latino-americanas, agravando-se a crise na Venezuela e arrefecendo protestos populares no Equador e no Chile, onde ao aumento do custo de vida se somam medidas governamentais que reduzem severamente benefícios sociais. Na Nicarágua e na Venezuela, o aparato repressor movido contra a dissidência política é dado como motivo para o endurecimento dos embargos econômicos e do encruamento do bloqueio comercial contra Cuba, acusada pelo governo Trump de fomentar ambos os regimes.

O bloqueio inclui sanções ao transporte do petróleo venezuelano para a ilha, o que acentua seu alinhamento com a Rússia, velha aliança centrada no acesso ao combustível. No cerco promovido pelo imperialismo, a América Latina resiste, ainda que em torno de escolhas políticas incapazes de romper efetivamente com as engrenagens do capitalismo internacional. É nestes termos que Evo Morales, sob cerco na Bolívia, alcançou a reeleição [*este texto foi redigido antes do golpe que o derrubou*]; que o governo de Andrés Manuel López Obrador enfrenta os EUA; o povo argentino decide pela volta do peronismo, com a vitória eleitoral de Alberto Fernández; que a centro-esquerda de Daniel Martínez (da Frente Ampla), chega ao segundo turno nas eleições presidenciais no Uruguai.

O protagonismo de forças políticas latino-americanas que enveredaram pelo descaminho da conciliação de classes

faz mudar os agentes operadores das agendas neoliberais, no processo que tende a seguir seu curso pela contrarreforma do Estado e demandando das organizações políticas que labutem por direitos ocupar e, em algumas precisas realidades, seguir ocupando as ruas. É o caso do Chile, onde protestos populares em proporções ali sem precedentes anunciam que as mudanças tendem a ser mais profundas e rupturais. O alcance naquela realidade de um volume máximo de contradições diz respeito à longevidade que tiveram ali as políticas neoliberais, implementadas como laboratório de experimentos desde a ditadura de Augusto Pinochet, sob patrocínio dos governos Reagan e Thatcher.

As reformas neoliberais da era Pinochet estavam centradas em um pilar central: as privatizações, adequadas àquela realidade pela nova Constituição do Chile. É desta forma que serviços essenciais como água e eletricidade foram entregues à iniciativa privada e, na mesma lógica, educação e saúde. Da ditadura Pinochet ao governo Piñera, sucessivas administrações trataram o país como uma grande empresa privada e, tal qual, nela as ações almejavam a consecução do lucro de seus acionistas, distantes demais do objetivo maior da política: o bem comum.

Mas é essa condição que permitiu, por parte da imprensa econômica e seus pseudo-especialistas, a caracterização do que seria um “oásis” de prosperidade e de “milagre econômico” que, nas últimas semanas, fizera engasgar os mesmos comentaristas quando um mar de manifestantes demonstrava o potencial latente de revisão da conjuntura política inteira, não apenas chilena, mas latino-americana. Nos punhos cerrados e nas palavras de ordem, nem a direita convencionalmente neoliberal, nem as esquerdas transformistas afeitas à conciliação de classes e nem a ultradireita histérica e raivosa detêm os meios para a superação da crise econômico-social já insustentável.

Centenas de milhares de manifestantes, entre trabalhadores e estudantes, contradisseram também o discurso de Paulo Guedes sobre os caminhos necessários ao desenvolvimento econômico brasileiro a partir de um responsável equilíbrio fiscal, sobretudo o modelo de previdência social que a partir daquele “exitoso exemplo” deveria ser, aqui, fielmente seguido e valendo-se do mesmo propositor: o próprio ministro da Economia brasileiro, think tank liberal do Instituto Millenium.

O autoflagelo público de Sebastián Piñera, que em rede nacional pediu perdão ao povo chileno por sua “falta de visão”, reconhecendo que as demandas daqueles que protestam seriam válidas, contrastam com a violência policial que faz somar mortes de manifestantes, entre eles uma criança de 4 anos, denúncias de tortura e violência sexual perpetrados pelas forças de segurança, o que fez com que o Tribunal de Santiago do Chile aceitasse denúncia contra o presidente por crimes contra a humanidade.

Outra realidade latino-americana em processo de convulsão social é o Equador onde as manifestações de massa se seguiram ao anúncio do fim dos subsídios governamentais aos combustíveis, por parte do presidente Lenin Moreno que, ao contrário do autoflagelo de Piñera, resolveu acusar, sem materialidade alguma (na já costumeiro denunciamento de fake news), que os protestos populares seriam, além de artificiais, patrocinados pelo governo de Nicolas Maduro, desde a Venezuela. A eliminação dos subsídios aos combustíveis ocasionou de

imediatamente um aumento de 123% dos preços da gasolina e do diesel, repercutindo prontamente nas contas de alimentos e outros itens básicos de consumo, fazendo insurgir sobretudo indígenas, equivalentes a 72% do povo equatoriano, na luta pela revogação do decreto que eliminava os subsídios.

As primeiras manifestações, que ganharam as ruas a partir de 3 de outubro, foram chamadas pela Associação dos Trabalhadores de Transportes e, logo em seguida, pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), articulada a sindicatos e coletivos que fizeram agregar-se em torno de pautas contrárias ao desmonte austericida do Estado, estudantes, movimento feminista, minorias diversas e trabalhadores de diversos setores. Apenas no final do mês de outubro o governo retomou as exportações de petróleo, interrompidas pelos protestos desde o dia 9 do mesmo mês, comprometendo centenas de poços e o transporte do petróleo dos campos da Amazônia até as saídas marítimas do Pacífico.

Resistindo aos cercos montados pelo imperialismo e sediando uma das mais graves crises humanitárias já vistas no subcontinente, fica evidenciado nesta nova etapa o fracasso do intento de Juan Guaidó, na Venezuela, e que pode levá-lo a enfrentar a Justiça de seu país por, entre outros atos, fomentar a intervenção militar estrangeira com o escopo de depor o governo de Nicolas Maduro. O presidente da Assembleia Nacional venezuelana se autoproclamou presidente interino do país com apoio de setores empresariais, do governo Trump e, na América Latina, de seus satélites subordinados: de Iván Duque Márquez, presidente colombiano, a Jair Bolsonaro, em Terras Brasilis. A derrota é plasmada, sobretudo, pelo esmorecimento das vontades por uma aventura militar em solo venezuelano, instigada pelo próprio Guaidó e rejeitada em fevereiro pelo Grupo de Lima (aliança anti-bolivariana, composta por 12 países latino-americanos com o propósito de se opor ao chavismo na Venezuela) e pelos EUA quando seus chanceleres se reuniram, junto de Guaidó, em Bogotá.

Sublinhe-se que, com o agravamento da crise capitalista acentuada a partir de 2008, fica explicitada a incapacidade de forças políticas que disputam o espectro da institucionalidade de diversas realidades – direitas convencionalmente neoliberais, esquerdas de frente popular e a extrema direita ultra neoliberal – darem saída política (pela institucionalidade vigente) para os entraves que impedem a recomposição das taxas médias de lucro das classes proprietárias, com a retração da produção e da circulação comercial, e as garantias das quais é ávido o rentismo, pela consecução dos mesmos volumes de transferências de fundos públicos para o setor especulativo do mercado financeiro, fazendo-se avolumar miséria e desemprego não como fenômenos anômalos às desigualdades inerentes ao desenvolvimento capitalista: mas à normalidade em si! Nesta nova fase da crise que se agiganta, o momento é notadamente latino-americano, onde lutadores e lutadoras chilenos e equatorianos ocupam as ruas com reflexos diretos na conjuntura brasileira, E das lições a serem apreendidas da realidade latino-americana, para toda a conjuntura internacional as saídas para a crise que se agiganta estão dadas nas ruas, com trabalhadores e trabalhadoras em luta em todo o mundo, aos quais devemos apoio irrestrito, na luta contra o capital, em nome da mais sincera solidariedade internacional.

Rodrigo Medina Zagni